



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA

RUBENS SILVA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA FORMAÇÃO DO
CIDADÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PRODUTIVAS
NA ESCOLA CAMINHO DO SABER DE UM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO
DE PACAJÁ-PA.**

Anapu- Pará
2019

RUBENS SILVA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA FORMAÇÃO DO
CIDADÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PRODUTIVAS
NA ESCOLA CAMINHO DO SABER DE UM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO
DE PACAJÁ-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará–UFPA, como requisito parcial para a obtenção do diploma de Licenciatura em Educação do Campo, orientador: Prof. Drº Mário José Henchen

Anapu-PA
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

O48i Oliveira, Rubens Silva
A importância da educação ambiental para a formação do
cidadão do campo : uma reflexão sobre as práticas produtivas na
escola Caminho do Saber de um assentamento em Pacajá-Pa /
Rubens Silva Oliveira. — 2019.
19 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Mário José Henchen
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade
Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Educação do Campo. 2. Práticas produtivas. 3. Saberes
empíricos. I. Título.

CDD 500.1

RUBENS SILVA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA FORMAÇÃO DO
CIDADÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PRODUTIVAS
NA ESCOLA CAMINHO DO SABER DE UM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO
DE PACAJÁ-PA.**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Prof. Dr^o Mário Henchen
(Orientador)

(Examinador)

(Examinador)

Aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Anapu-Pará
2019

Agradecimentos.

Agradeço a Deus primeiramente, a minha família pelo apoio que me foi dado durante o período do curso. A UFPA por nos ter proporcionado este curso de Educação do Campo que, creio eu, nos fez ser pessoas bem preparadas para lidar com a educação no campo.

Aos professores que dedicaram seu tempo para nos orientar e ensinar o que é uma boa educação no campo e para o campo.

Aos colegas que me ajudaram nos momentos em que pensei em desistir do curso, principalmente os colegas que se sentavam ao meu lado.

Ao meu orientador por ter ajudado na realização deste trabalho com dedicação e esforço.

Resumo.

Este texto traz uma breve interpretação do modo de vida de camponeses assentados em um assentamento de reforma agrária no município de Pacajá no sudoeste do estado do Pará. Em uma análise que integra as dimensões produtivas, pedagógicas e ambientais em espaços educacionais não formais. Consideramos que a educação esteja presente em espaços e momentos diversos: em casa, no roçado, na lida com gado, na produção artesanal, enfim, nas práticas produtivas, como também na articulação dos camponeses com movimentos sociais. Nesse sentido, lugares comuns são lidos como espaços sócio culturais, o qual tanto as relações sociais quanto os saberes e as experiências dos atores necessitam ser reconstruídas ou ressignificadas em suas interfases com os saberes de educação formal, na perspectiva de um currículo em ação que considere a relação de convivência dos assentados com as práticas ambientais e produtivas, na sua relação com as demandas de um modelo de educação do campo.

Palavra-chave: educação do campo, práticas produtivas, saberes empíricos.

Sumário.

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução..... | 8 |
| 2. Educação ambiental na escola do assentamento | 9 |
| 2.1 Os saberes camponeses e o conhecimento empírico..... | 11 |
| 2.2 As percepções dos agricultores assentados referentes aos problemas ambientais. | 12 |
| 3. Pcamponesas como princípio educativo | 13 |
| 3.1 Prática de ajuda mútua..... | 14 |
| 3.2 O uso da família no cultivo com a terra..... | 17 |
| Considerações gerais | 18 |
| Referencias bibliográficas | 19 |

Justificativa

A pesquisa foi desenvolvida a partir da necessidade de entender os processos de práticas produtivas dos camponeses de um assentamento no município de Pacajá Para. Em uma análise que integra as dimensões produtivas e pedagógicas em espaços não formais de educação, considerando que a educação esteja presente nos espaços e movimentos diversos.

Objetivo geral

Este trabalho foi elaborado como o objetivo de promover uma análise socio educacional na comunidade Piraciquara, vicinal das Três Barracas, no km 360 da rodovia Transamazônica, trecho Marabá/Altamira, no município de Pacajá, estado do Pará. Entre as disposições gerais deste, destaca-se a necessidade de coletar informações sobre a comunidade em questão, visando promover uma reflexão dialógicas dos dados obtidos.

Objetivo Especifico

Conhecer este cidadão e seus conhecimentos empíricos na preservação do meio ambiente.

Conceituar as práticas produtivas destes camponeses.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida a partir da necessidade de entender os processos de práticas produtivas dos camponeses da comunidade Piraciquara. Através de diálogos para obter informações para realização deste trabalho, a partir de experiências contadas por esses cidadãos através das técnicas utilizadas por eles na agricultura familiar.

Para a obtenção de informações foram ouvidas seis (6) famílias de diferentes locais da comunidade, nos trechos que vão do início até cerca de vinte (20) quilômetros próximos na vicinal. Elas, as famílias, foram escolhidas principalmente pelas atividades desenvolvidas nas práticas ambientais e produtivas em suas propriedades, pois é necessário que haja uma aproximação de modelo de economia predominante, pois existe uma rotatividade constante de moradores no interior do campesinato, estimulados por processos de imigração do campo e cidade.

As famílias que foram ouvidas são, respectivamente, moradores da comunidade e foram escolhidas por desenvolverem atividades comuns e por terem forma de produção e renda comum a maioria dos moradores da comunidade.

1. Introdução.

Este trabalho trata das relações e saberes ambientais na comunidade piraciquara dentre os camponeses assentados do assentamento Terra Para Paz, localizado na vicinal das três barracas à 35 km da rodovia Transamazônica, que abrange o lado Oeste do município de Pacajá e o Sudeste do município de Portel, ambos no estado do Pará, no interior de uma análise que integra as dimensões produtivas e pedagógicas e os espaços não formais de educação. Para este trabalho considera-se que a educação esteja presente nos espaços e movimentos diversos: em casa como o trabalho que acontece nos roçados, nas práticas produtivas, como também na possibilidade de articulação dos camponeses com a escola e com movimentos sociais por estes criados, tais como associação e STTRS.

. Através de entrevistas de campo realizadas com questionário elaborado, foram colhidas informações muito importantes para a elaboração desse trabalho, por meios de experiências relatadas pelos camponeses, através de técnicas utilizadas por eles, para uma maior produção de alimentos na agricultura familiar, sem agredir o meio ambiente, usando somente os conhecimentos empíricos adquiridos ao longo do tempo com os avós, os pais e ate mesmo de pessoas da comunidade, experiência estas que serão analisadas ao longo desse trabalho.

Também foi pré-requisito para escolha dos entrevistados o fato de viverem em áreas da comunidade que fazem parte do território social do próprio pesquisador, porque as pessoas produzem espaço e se relacionam mutuamente e são frutos de tais experiências, conforme destaca Fernandes (2005), e, com isso conclui-se que o espaço social depende das inter-relações que fazem parte da vida dos sujeitos envolvidos, isto significa que o ser humano na sua constante relação como meio e com as pessoas produzem conhecimentos, constroem seus conceitos e desenvolvem seus valores. Assim, a vida em sociedade constitui um constante aprendizado, isto é, pela troca de conhecimento, o homem se educa ao educar os outros sujeitos, com quem estabelece relações sociais de troca.

No diagnostico foram observadas algumas características, como por exemplo: modelos e tendência econômica deixando de lado as praticas da agricultura familiar e que fazem também da pecuária outra atividade principal para aumentar a renda da família.

Nesse contexto, o presente trabalho temo objetivo de compreender as ações de formação técnica, social e ambiental desenvolvidas em território camponês entre agricultores e assentados do Terra Para Paz, buscando refletir em que, objetivamente, a educação vem

contribuindo no processo de conhecimento técnico e científico dos educadores e os saberes históricos dos camponeses desta região, sabendo que a educação é um sustentáculo para a fuga da exclusão social de grande parte da população brasileira, seja ela do campo ou da cidade.

A educação rural de forma geral e os programas educativos de forma técnica e social assumiram, ao longo de décadas ou mesmo séculos, uma postura de apoio a manutenção da estrutura agrária dominante e excludente do país. Portanto, parafraseando Paulo Freire (1970) entendemos que a história da educação brasileira tem sido uma história de uma pedagogia da opressão, no discurso não somente de entidades e movimentos sociais, como também na proposta governamental, os avanços na construção de um processo educacional mais conectado com a cultura e os saberes do homem do campo ainda são pontuais.

Nas últimas décadas houve um relativo avanço no debate sobre a educação no campo, tendo este debate assumido uma postura mais crítica, com a busca de processo educativo mais próximo da realidade vivenciada pelas comunidades camponesas atendidas. Com uma proposta de uma educação mais inserida no contexto do campo, a partir da concepção do educador Paulo Freire (1970).

Este trabalho procura desenhar um percurso metodológico de investigação desenvolvido na comunidade, num esforço em que os lugares comuns passem a ser lidos como espaços plenos de significados culturais e de saberes de experiências sociais que precisam ser construídos em suas interfaces com os saberes de formação, e na construção de um currículo em ação que considere a relação entre o trabalho camponês, a educação do campo e educação ambiental.

2. Educação ambiental na escola Caminho do Saber do assentamento.

Entendemos que a educação ambiental deve ser encarada, como partilha de modo de vida e saberes construído historicamente na luta camponesa pela terra e na preservação do meio ambiente. Essa necessidade assume contornos ainda mais importantes, pois o desenvolvimento rural do território brasileiro foi muito caro para a população pobre do campo. A modernização foi ao mesmo tempo excludente e educativa, embora no sentido de subordinar o camponês nas desigualdades de produção estabelecidas pelo capital no meio rural.

Quando tentamos definir educação ambiental no campo nos deparamos com definições diversas que analisadas tem a pretensão de chegar ao mesmo objetivo para definir a relação

homem/natureza, de modo a contemplar todos os caminhos de conscientização do homem com este meio. Para iniciarmos essa discussão, tomaremos alguns pontos encontrados no artigo 1º da lei 9.795/99 denominada lei do meio ambiente; assim descrita:

Art. 1º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Ao discorrer sobre os desafios da educação para o meio ambiente na escola Reigota (1998), assinala que:

(...) a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo mais sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais justas e pacíficas.

Segundo Jacob (2003), “a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente”.

As questões ambientais são trabalhadas como se antes da década de 1950 vigorasse uma ausência de consciência ecológica como se tivesse introduzido no Brasil através do ideário norte americano ou europeu. Isto significa que se ignora a existência de uma consciência ecológica camponesa da região, como se ignora também que os camponeses tradicionais desenvolveram processos, práticas ecológicas positivas ao longo dos seus saberes com base em suas próprias experiências de usos da terra e dos recursos nelas existentes.

Nesse quadro é importante acrescentar que o meio ambiente é dinâmico e opera ajustando mudanças e transformações internas nas práticas ecológicas tradicionais.

Ninguém mais que o homem do campo necessita saber fazer para fazer o necessário para a preservação do meio ambiente é o que define Santos (1999, ao enfatizar que este é o processo educacional de estudos e aprendizagem dos problemas ambientais e suas relações com o homem na busca de soluções que visem a preservação do meio ambiente.

Ao se analisar o detalhamento do processo produtivo camponês constata-se que há uma relação de reciprocidade entre o homem e a natureza, na qual se identificam “negociações”, nas quais o camponês fala com ela.

Ao contrário do agronegócio que analisa a terra para poder plantar, o camponês parte do domínio cognitivo das características do solo e da natureza, na qual se identifica um ajuste entre a produção para atender as necessidades da família.

No discurso dos camponeses observa-se que há uma humanização da natureza com ele, fica evidente que ele sabe exatamente como utilizar a terra e sabe o que ela quer. “Depois

de produzir ela necessita de alimento e ele sabe que o alimento que ela precisa é o pousio, descanso para voltar a produzir”. Woortmann (2011).

A essas características de humanização positiva podem ser acrescentadas uma evidente reciprocidade negativa, a natureza reage aos maus tratos do homem produzindo pouco alimento, causando a escassez. Da mesma forma quando a mata é desnecessariamente queimada sem a observância das práticas tradicionais de prevenção (aceiro por exemplo, ou sem observar as condições do vento), dessa forma pode acontecer incêndio nas imediações e até mesmo a fuga de animais.

É importante salientar que para o camponês é fundamental deixar a terra descansar até criar uma juquira (capoeira), ou mesmo uma juquira grossa para poder produzir melhor, como também evitar o alastramento de ervas daninhas.

Essa forma de pousar, portanto, constrói o universo camponês como dentro desse meio (o meio ambiente), como parte dele e não fora dele.

2.1. Os saberes camponeses e os conhecimentos empíricos.

Para a realização deste trabalho a escola Caminho do Saber foi a porta de entrada para a comunidade, os alunos foram os nossos condutores até suas famílias, para as conversas e, aprendendo a fazer junto com o homem do campo procuramos compreender o processo de construção desta educação ambiental como instrumento de melhoria da qualidade de vida da comunidade citada.

O educador brasileiro Paulo Freire (1996) nos conduz à reflexão do mundo aprender, do fazer do ser e do conviver com o outro, partindo do cotidiano do homem do campo. Teoria essa que faz parte das reflexões ao longo deste trabalho.

Para Morin (2005), “é no encontro com o passado que um grupo humano encontra energia para enfrentar seu presente e preparar seu futuro”. É a educação ambiental nas escolas que levarão o homem do campo a ter consideração com a natureza e suas diversidades. Só a educação nos levará a construir mecanismos de melhoria da qualidade de vida de uma comunidade aproveitando a educação ambiental escolar como mediadora neste processo. E, algumas pesquisas já foram feitas voltadas ao ensino de ciências, incluindo a educação ambiental, mostrando a necessidade da prática do fazer e do pensar em parceria com o aprender a aprender.

2.2. As percepções dos agricultores assentados referentes aos problemas ambientais.

As reflexões dos agricultores em relação as mudanças climáticas e os problemas ambientais sugerem que as famílias estão notando que o tempo vem sofrendo modificações na intensidade e na distribuição das chuvas. Para essas famílias, nestes últimos anos, o inverno tem começado mais tarde do que o inverno de 10 ou 15 anos atrás, como também o verão (período da seca) tem se prolongado, deixando as pastagens secas e as águas dos igarapés e rios diminuindo consideravelmente.

Com base nas informações obtido através dos diálogos é possível afirmar que a comunidade tem passado por um processo de mudanças significativas em relação às características naturais e relações entre homem e natureza desde o período de sua criação até os dias atuais, segundo relatos dos agricultores quando chegaram na comunidade havia uma enorme quantidade de chuva e menos período de seca, pois existia uma enorme diversidade de vida natural, tendo em vista que quase todos os lotes eram cobertos por mata virgem, que no decorrer dos anos sofreu diminuição considerável devido ao desmatamento, para dar lugar a agricultura e a pecuária. Notou-se que existe um determinado cuidado com os igarapés e suas margens, em algumas propriedades camponesas apresentam a vegetação nativa e em outras as vegetações são secundárias, evitando assim o assoreamento dos mesmos.

Identificamos que cerca de 70% das famílias relacionam o desmatamento aos problemas climáticos e ao aumento da temperatura, pois para elas o sol tem sido muito mais intenso, e o calor tem aumentado muito nos últimos anos. Para os camponeses esse fator influencia na questão do ressecamento do solo, ocasionando perdas nos rendimentos dos cultivos de arroz, milho e até mesmo da mandioca. Já 10% dos entrevistados asseguram que não notam nenhuma mudança no clima.

As famílias relacionam os problemas climáticos ao desmatamento e o uso do fogo, já que todos elas trabalham com o método de corte e queima para a implantação de cultivos, na limpeza das pastagens. Para eles, o processo de queima é o único meio ao seu alcance para que tenham condições de plantar os alimentos necessários para sua sobrevivência no campo, já que não existe como mecanizar a terra sem ter como pagar uma máquina para realizar o serviço, pois, segundo estes, se plantar sem queimas os legumes, no caso arroz, milho não produz, segundo seu Felício, agricultor do assentamento.

Analisando os argumentos dos agricultores, verificou-se mudanças nas percepções ou reflexões ambientais de tais atores. Destacando relações entre o desmatamento e as queimadas no período de estiagem e o ressecamento do solo causando prejuízo nas suas produções, sejam

elas de alimentos para o consumo de próprio agricultor e sua família ou nas pastagens para os animais; que para a maioria das famílias tem que haver uma mudança de tais hábitos de produção, usando para isto a educação ambiental nas escolas, para que as futuras gerações não agredem tanto o meio ambiente como a população atual.

Em parte, verificou-se neste trabalho as reflexões dos cidadãos do campo, refletindo sobre alguns cuidados com o meio ambiente e na exploração dos recursos naturais sem de uma forma geral destruir este meio em que vivem.

3. Práticas camponesas como princípio educativo.

A reflexão sobre a produção e o trabalho como princípio educativo leva em consideração a discussão acerca da reprodução do campesinato no seio da sociedade. No processo de luta pela terra, a posse da mesma é um componente indispensável de relações próprias do campesinato. A vida do assentamento, no geral, vai se territorializando na reprodução de saberes e práticas da vida camponesa. A vida cotidiana com o gado leiteiro, característica de grande parte de camponeses do país, é também a construção diária do modo de ser dos assentados do projeto. Exatamente por isso que entendemos que a educação deve ser pensada a partir do contexto de vida do produtor rural; e, neste sentido Oliveira (2008), destaca que:

(...) em espaços e momentos diversos em casa, no roçado, nas práticas produtivas e, também, nas possibilidades de articulação dos camponeses com os movimentos sociais. Neste sentido, lugares comuns percorridos diariamente são lidos como espaços planos de significados sociais e culturais. Tais leituras precisam ser reconstruídas em suas interfases com os saberes de educação formal, na perspectiva de um currículo em ação que considere a relação de convivência dos assentados com o trabalho e educação do campo. (OLIVEIRA, 2008, P.47).

Nessa reflexão, a educação camponesa deve ser encarada como um desenvolvimento de práticas educacionais, que sistematizem e difundam conhecimentos a partir de saberes do camponês. Devendo também considerar seus conhecimentos históricos, como ressalta Freire (1996), no sentido da prática dos conhecimentos científicos com os saberes camponeses, assim destaca ele que a curiosidade de camponeses com quem tem dialogado ao longo da experiência político-pedagógica, fatalistas ou já rebeldes diante da violência das injustiças, é a mesma curiosidade, enquanto abertura.

Seguindo esses parâmetros ressaltamos a importância dos saberes e conhecimentos camponeses para o bem-estar social e familiar, para as famílias dos agricultores, buscando novas estratégias educacionais ligadas a formação do sujeito do campo. Desse modo,

entendemos que estudar saberes e práticas pedagógicas próprias da vida do campo nos coloca diante de um grande desafio, o de dar ênfase ou sentido as palavras dos agricultores, das experiências pessoais de cada um deles na lida com a terra, com o gado e com o meio ambiente.

Estas reflexões a seguir com a participação dos camponeses articula-se a releitura do camponês fora da escola. Em uma análise que integra as dimensões do território produtivo e pedagógico em análise, haja vista que, considera-se as falas manifestas em forma de conversas, explicitam saberes ocultos na articulação dos camponeses, em uma interfase com os saberes na construção de uma relação de convivência entre o trabalho e a educação do campo. A prática de ajuda mútua e o uso da família nos trabalhos na terra são formas de saberes presentes no assentamento que se revelam em espaços não formais de educação.

3.1 Prática de ajuda mútua

A prática de ajuda mútua entre as famílias do assentamento é uma forma de cooperação que ocorre entre os camponeses, como uma prática antiga. A troca de dias de serviço entre elas tem finalidade de executar mais rápido uma tarefa do preparo do roçado, derruba, ou até mesmo na colheita do arroz, milho, cacau e demais culturas, além claro, na limpeza das pastagens.

Esta prática vem sendo de muito tempo, desde que entendo de trabalho na roça, diz seu Marcos, um dos entrevistados, que veio do estado do Maranhão para a região em busca de terra para trabalhar e produzir seu alimento e sustentar sua família. Na finalidade de realizar um ciclo agrícola, a família convida alguns vizinhos, que juntos realizam trabalho. A fabricação de farinha é um exemplo dessa ajuda mútua.

Uma família com um hectare de mandioca “madura”, isto é, já no ponto de fazer a farinha, necessita que várias pessoas participem na condição de convidados pela família, a arrancar a mandioca e no preparo da farinha. Se não fosse a ajuda dos vizinhos, dizem eles, a mandioca iria passar do tempo e apodreceria não dando renda a família que a plantou. Em um hectare de mandioca, que corresponde a cinco (5) linhas de terra, produz até setenta sacas de farinha em uma arranca normal e até uns duzentos (200) quilos de goma em média, segundo um produtor. E se não fossem a ajuda dos vizinhos em forma de mutirão a mandioca passaria do tempo da colheita.

Para a produção de farinha, é preciso em média oito (8) pessoas nesta tarefa de produção da farinha: duas (2) pessoas para arrancar a mandioca, uma (1) com cargueiro para carregar, três (3) ou quatro (4) para descascar e uma (1) para secar a massa no forno.

De acordo com seu Felipe, um dos produtores nos relatou que a produção da farinha de mandioca é uma prática que reúne vizinhos, parentes e, é claro a família que participa com a presença de crianças, mulheres e pessoas mais velhas numa prática de conhecimentos, onde a troca de experiências faz com que os mais novos aprendam com os mais velhos a melhor maneira de realizar o trabalho.

As famílias dos camponeses se preparam antes de começarem a produção da farinha, negociando como grupo os dias de serviço que serão trocados para devolverem esses dias depois da produção. Todo esse trabalho realizado entre vizinhos, que as vezes são parentes e fazem passar pela descontração de conversas saudáveis e de práticas dos mais velhos. A retribuição entre as famílias é posta diretamente entre a família que recebeu a ajuda e aquela que ajudou, é feita no critério da troca de dias de serviço. E, no geral, essa é uma forma de organização do camponês para o trabalho, construídas em regras habituais. A escola precisa despertar para conseguir fazer a leitura desses espaços como lugares de aprendizagem entre os grupos sociais.

As fotografias abaixo destacam a participação da família na prática de ajuda mútua na produção da farinha de mandioca em diferentes aspectos, mas, além da produção de farinha a ajuda dos vizinhos também ocorre na lavoura de cacau, colheita do arroz e o manejo do gado. No cacau, por exemplo, o produtor convida uma família mais próxima para a colheita do cacau, pois só ele e sua família levaria dias para realizar a tarefa e o peso do produto diminuiria em função da desidratação das amêndoas.



Fotografia 1 - Arquivo Pessoal: Fabricação de Farinha



Fotografias 2 e 3 arquivo pessoal - fabricação de farinha

Como o camponês não é tão desinformado como alguns pensam, eles sabem que compensa a troca de dias com as outras famílias, assim ele faz logo o serviço e ainda ajuda o vizinho em outras tarefas como o manejo com o gado na vacina. E na hora que o vizinho vai levar o gado para outras pastagens assim tal qual acontece com os camponeses do Sul do país, estudados por Tavares (1984), a prática de ajuda que ocorre no assentamento, vem cobrir uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir sozinho com o trabalho da família, e muito menos, com uma pessoa ou trabalhador assalariado. Nesse sentido, a prática de troca de diárias se torna fundamental para o trabalho da família, economizando dinheiro que poderá ser utilizado para a compra de algum produto que não é produzido no seu lote. Trabalhando assim, adequadamente, preservando sua diversidade e sobrevivendo sustentavelmente da propriedade rural.

3.2 O uso da mão de obra familiar no cultivo com a terra

O uso individual da família no trabalho com a terra ocorre pela a força de seus membros. A importância deste trabalho na unidade de consumo e produção camponesa é um elemento que vem sendo praticado há muito tempo. Esta análise nos trouxe elementos que servem de explicação para o campesinato no assentamento, onde a unidade de consumo e produção camponesa se destaca no trabalho familiar, no qual os membros da família possuem uma grande importância na produção e renda familiar, conforme pode ser percebido no relato de seu Vicente, um produtor que destaca o fato de que, “só trabalha eu e os dois filhos. Mas, dá para a gente dar conta. Se fosse sozinho sem ajuda dos filhos, ficaria pesado para eu só realizar as tarefas, mas como tem eles a gente divide o serviço e dá conta.” (Camponês assentado, 2019).



Fotografia 4 arquivo pessoal – agricultor fazendo plantação de arroz

O relato acima aponta a compreensão do trabalho e do uso familiar no lote. O chefe da família e seus dois filhos, aparecem como força de trabalho que mantem a produção e renda da família. Nessa situação o pai é um agente de formação, enquanto os filhos são os sujeitos no processo de socialização e de aprendizagem. Outro relato que nos chamou atenção foi o de um produtor assentado que tira parte da renda da família na serragem de madeira usando um motosserra para fazer tábuas e madeira para a fabricação ou montagem de telhado. Trabalha ele e o filho na realização desta produção para mandar a produção para a cidade e lá comercializá-lo. Como também a tiragem de estacas que além de servir para levantar as cercas da propriedade, o que sobra é vendido para vizinhos e até mesmo para pessoas de outras regiões. E assim o filho vai aprendendo a profissão do pai e ganha um “dinheiro” para as

despesas pessoais, na manutenção da motocicleta e com isso se sente realizado e não sente vontade de ir para a cidade, deixando o pai sozinho com os afazeres da terra ou do lote.

Em outro relato de assentado, seu Antônio, produtor familiar, destaca que o uso da família é muito importante, na hora de plantar o arroz, o milho e a mandioca, se fosse sozinho passaria do tempo, como também na hora da colheita. “Com ajuda dos filhos até na hora de ir para a escola depois eu e a esposa damos conta do serviço. Na colheita do arroz por exemplo, nos reunimos e fazemos a tarefa juntos e fica uma beleza.” (Sr. Antônio, produtor familiar do assentamento 2019).

O trabalho no campo visto como uma situação concreta revela partes de um processo formativo e de ensino e aprendizagem que estende do roçado, da casa de farinha, no plantio e colheita do arroz, milho e mandioca para a escola e a sala de aula. Pensar nesse território, enquanto um ambiente de aprendizagem é pensar na produção, no trabalho, nas conversas como princípio educativo e de formação do futuro cidadão do campo. Então teremos aberto o caminho para a universalização do conhecimento para o homem do campo.

Considerações gerais.

Para concluir este trabalho, considera-se importante dizer que o campesinato se encontra em constante transformação sociocultural e geográfica. Pois os múltiplos aspectos existentes são variáveis que tanto interferem quanto até mesmo condicionam suas escolhas. É importante ressaltar que existe uma riqueza inimagináveis nos saberes dos camponeses que vivem nas comunidades, tradicionais ou não, e estes saberes não devem ser ignorados, pois que tem potencial sócio pedagógico e relevância, merecendo assim serem incorporados na análise pois que possibilitam enriquecer o conhecimento, gerando novas interpretações e visões da realidade. Assim, a participação da comunidade no processo educacional pode contribuir para incluir o homem do campo numa proposta de uma geração economicamente sustentável, como também promover o índice de desenvolvimento econômico desta comunidade, proporcionando-lhes melhorias de qualidade de vida e ensinando-as a respeitar a biodiversidades local.

Os saberes camponeses referente ao meio ambiente e o cuidado com a natureza devem ser um pressuposto para o conhecimento escolar construído em sala de aula, levando o conhecimento do camponês num processo de construção de saberes e conhecimentos empíricos do homem do campo.

Referências bibliográficas.

ARROYO, M.G. Escola, cidadania e participação no campo. Revista Em Aberto, Brasília, V.1 n.9, set. 1982. Disponível em: <<http://www.publicações.inep.gov.br/arquivo%782117ABC5-8A35-4700>>. Acesso 23 fev. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação. São Paulo. Cortez, 2003 (série saber como outro; V.1).
DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental, princípios e práticas. 5ª ed. São Paulo: Gaia, 1998.

FREIRE. P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: EGA, 1996. 17p.

JACOB, P. Educação Ambiental, Cidadania e sustentabilidade. In: Koch, I. V. Travaglia, Luiz Carlos. A coerência textual. São Paulo: Contexto 2003.

Lei nº 9394/1996. Lei dos crimes ambientais. Reigota 1998.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo (2005). “Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais”. ED. MOLINA, Monica C. Educação do Campo e pesquisa: Brasília.

MORIN. E. Os Sete Saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, A.M. Saberes camponeses e práticas pedagógicas no campo. Revista Mercado, Ceará, ano 7, n.13 p. 47-58, 2008.

REIGOTA, M.A Floresta e a escola: Por uma educação ambiental pós-moderna. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, A. S.R dos. Base legal da educação ambiental no Brasil: Programa Ambiental: a Última Arca de Noé, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, Jose Vicente. Colonos do vinho. São Paulo Hucites, 1984.

WOORTMANN, *Ellen Fensterseifer* - **Práticas eco agrícolas tradicionais**: ontem e hoje v.14, n.2, 2011. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/91/80>. Acesso em 09 de abril de 2019.